



**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23479.004627/2021-51

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e insumos para o enfrentamento da pandemia do novo Corona vírus (SARS-COV-2), com o objetivo de atender as demandas das unidades administrativas e acadêmicas da UNIFESSPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL MÁXIMA ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	221201	<p>Abafador ruído auricular, abafador ruído auricular - as conchas individuais de formato oval, material plástico rígido, montado em uma peça plástica com suporte para serem encaixadas na fenda (slot) dos capacetes; conchas são preenchidas por espuma moldada e espuma plana; bordas das conchas são revestidas com almofadas de material plástico preenchidas com espuma; Taxa de atenuação NRRSF de 22 dB. Testado e aprovado pela norma ANSI S12.6-2008 - método b (ouvido real, colocação pelo ouvinte).</p> <p>Características e aplicabilidades: para proteção contra ruídos acima de 85 dB (a). Só pode ser utilizado com os capacetes da marca MSA;</p> <p>Possui um sistema de mola para o ajuste junto às orelhas que permite uma pressão adequada para a proteção auditiva; a colocação das conchas deve ser feita com cuidado para não danificar as hastes plásticas evitando o desgaste prematuro; as espumas e as almofadas de cobertura da concha</p>	UNIDADE	50	12,13	606,50



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



		podem ser substituíveis e lavadas com água corrente e sabão neutro;				
2	322932	Abafador ruído auricular, material polietileno, formato concha, tamanho regulável, uso absorção ruído, características adicionais nível de redução ruído acima de 85 dB.	UNIDADE	35	45,50	1.592,50
3	396950	Avental de soldador, material raspa de couro, comprimento 0,90, largura 0,60, características adicionais inteiriço, sem emendas, com fivelas e tiras ajuste.	UNIDADE	41	39,33	1.612,53
4	76376	Avental segurança uso fundição, nome avental de segurança para uso em fundição, confeccionado em lona especial aluminizado therm fire até 1200°C barbeiro manga longa.	UNIDADE	30	294,70	8.841,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



5	459721	Botina segurança, material vaqueta curtida ao cromo hidrofugado, material sola poliuretano (pu) bi-densidade, modelo com cadarço, tipo sola antiderrapante com estrutura injetada no cabedal, características adicionais cano com gomos acolchoados/4 costura no caspeament, tamanho sob medida, Calçado de segurança de uso profissional tipo botina, fechamento em cadarço, confeccionado em couro curtido ao cromo, palmilha de montagem em não tecido montada pelo sistema strobel, biqueira de composite, solado de poliuretano bidensidade injetado diretamente no cabedal, sistema de absorção de energia na região do salto, resistente a óleo combustível, para uso eletricista. Numerações a serem fornecidas: 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44.	UNIDADE (PAR)	20	51,13	1.022,60
6	221218	Capacete segurança, material plástico, tipo aba total, tipo copa lisa, aplicação construção civil/cia eletricidade e indústrias, características adicionais dupla suspensão e jugular.	UNIDADE	20	12,65	253,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



7	322195	Capacete segurança, material polietileno alta densidade, tipo aba frontal, aplicação construção civil/cia eletricidade e industrias, características adicionais classe b, logotipo empresa c. A. Impresso, local, o casco deve possui duas fendas laterais, podendo acomodar abafadores e viseiras.	UNIDADE	148	29,45	4.358,60
8	252530	Cinto segurança, material nylon, uso paraquedista, revestimento interno almofada, características adicionais com suspensório regulagem pernas e cabo de espia.	UNIDADE	2	140,67	281,34
9	264549	Escudo para soldador, material Celeron com 3 lonas, material cabo PVC, uso serviço de solda, aplicação proteção dos olhos e face humana contra radiações, características adicionais com visor fixo.	UNIDADE	10	46,01	460,10
10	237361	Luva de proteção tricotada com antiderrapante pigmentada. Luva de segurança tricotada em fios brancos de algodão e poliéster palma e face palmar dos dedos com pigmentos antiderrapantes de PVC. Possui punho com elástico. Tamanho 8. Palma e face palmar dos dedos com pigmentos antiderrapantes de PVC.	UNIDADE (PAR)	140	7,96	1.114,40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



11	375711	Luvas nitrílicas tamanho m: luva de nitrílica, sem pó, tamanho m.	Caixa 100,00 UN	147	28,71	4.220,37
12	269892	COTA PRINCIPAL Luva para procedimento não cirúrgico, material látex natural íntegro e uniforme, tamanho: grande, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, apresentação: atóxica, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: formato anatômico, finalidade: resistente à tração.	Caixa 100,00 UN	1.115	72,67	81.027,05
13	269893	COTA PRINCIPAL Luva para procedimento não cirúrgico, material látex natural íntegro e uniforme, tamanho: médio, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, apresentação: atóxica, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: formato anatômico, finalidade: resistente à tração.	Caixa 100,00 UN	1.353	72,00	97.416,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



14	269894	COTA PRINCIPAL Luva para procedimento não cirúrgico, material látex natural íntegro e uniforme, tamanho: pequeno, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, apresentação: atóxica, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: formato anatômico, finalidade: resistente à tração.	Caixa 100,00 UN	1.208	73,71	89.041,68
15	273449	Luva petroleira de vaqueta Luva petroleira de couro. Ideal para serviços mais leves e aqueles que são necessários, mais sensibilidade no manuseio do material que trabalha. Confortável e o bom acabamento na costura permite movimento livre dos dedos da mão.	PAR	45	13,90	625,50
16	328707	Luva de couro operador de motosserra; Luva segurança, material raspa de couro, tamanho único, aplicação operador de motosserra, características adicionais direita c/ 3 dedos, esquerda c/ 2, velcro no fecha, modelo cano curto.	PAR	105	41,15	4.320,75
17	286253	Luva segurança, neoprene, 9 ^{1/2} , p/proteção térmica (altas temperaturas), forro isolante c/dupla camada de algodão, 35,5 cm, palma antiderrapante.	PAR	191	47,49	9.070,59



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



18	269946	Luvas cirúrgicas tamanho 6,5: luva cirúrgica estéril em látex de alta qualidade, tamanho: 6,5, com pó bioabsorvível, formato: anatômico, embalada em envelope contendo um par de luvas.	PAR	45	1,40	63,00
19	269838	Luvas cirúrgicas tamanho 7,5: luva cirúrgica estéril em látex de alta qualidade, tamanho: 7,5, com pó bioabsorvível, formato: anatômico, embalada em envelope contendo um par de luvas.	PAR	50	2,20	110,00
20	269947	Luvas cirúrgicas tamanho 8,5: luva cirúrgica estéril em látex de alta qualidade, tamanho: 8,5, com pó bioabsorvível, formato: anatômico, embalada em envelope contendo um par de luvas.	PAR	60	1,63	97,80
21	343394	Manga de raspa para soldador 60cm - zanel-M60FA Manga de raspa para soldador - Comprimento: 60cm - Fivelas metálicas para ajuste, uma em cada lado - Espessura média das fivelas de 1,50mm - Certificado de aprovação: 16.073.	UNIDADE	10	13,41	134,10
22	231101	Máscara contra gases, material borracha natural, tipo filtro removível / substituível, tipo facial com visor, tamanho único.	UNIDADE	42	381,45	16.020,90



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



23	301258	Máscara contra gases, tipo filtro removível / substituível, tipo semifacial, tamanho único, características adicionais tirantes para ajustes, tiras elásticas e com respi.	UNIDADE	4	28,03	112,12
24	399612	Máscara multiuso, material manta sintética, tipo uso descartável, finalidade proteção: química, poeira, névoa, fumos, metálico s, tipo correia elástico ajuste cabeça, tira modulável ajuste nariz, características adicionais elemento filtrante PFF1/semifacial.	UNIDADE	3.185	4,58	14.587,30
25	397905	COTA PRINCIPAL Máscara de proteção, respirador semifacial dobrável ou em forma de concha, descartável, com duas tiras de elástico ajustáveis a todos os tamanhos de cabeça, fácil manuseio e colocação. Peça metálica para ajuste ao nariz deve ser resistente e bem firme ao corpo da máscara, de maneira a não sair facilmente. Material: manta sintética com tratamento eletrostático, tipo uso: descartável, finalidade: proteção contra poeiras, fumos e névoas tóxicas, tipo correia: cinta elástica com ajuste no rosto, tamanho: único, características adicionais: N95, PFF2, mínimo filtração 95%. Retenção de contaminantes presentes na atmosfera sob a forma de aerossóis, tais como bacilo da	UNIDADE	42.500	9,50	403.750,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



		tuberculose (Mycobacterium tuberculosis), classe PFF-2 / N95, BFE >99% (Eficiência de Filtração Bacteriológica), eficiência mínima de filtragem de 95%. Atóxica, apirogênica, que siga a orientação de descarte de acordo com a ANVISA. Embalada individualmente, contendo dados de identificação, nº do lote, data de fabricação, certificado de aprovação-CA e prazo validade. Aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Registro no Ministério da Saúde (ANVISA).				
26	293570	Máscara respiradora semifacial pff2 valvulada: respirador dobrável semifacial sem carvão ativado com válvula PFF2. Indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos.	UNIDADE	31	7,82	242,42
27	396951	Máscara soldador, características adicionais visor articulado ajustável por catraca, material Celeron.	UNIDADE	15	65,25	978,75
28	269175	Máscara soldador, tipo fotosensível, tempo escurecimento menor que 1/25000 seg , tempo clareamento 0,25/seg, área de visão 95,50 x 28,55 mm, alimentação bateria, aaa, temperatura operação-5 + 55 °c, características adicionais detector de circuito autosense.	UNIDADE	5	136,42	682,10



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



29	345659	Máscara, tipo respirador, tipo uso carvão ativado, tipo fixação duplo sistema tiras elásticas, clip nasal, válvula, características adicionais classe PFF2 (poeiras, fumos, névoas, vap. orgânicos), formato concha, semifacial, tamanho regular.	UNIDADE	366	2,78	1.017,48
30	399611	Óculos proteção, material armação policarbonato e nylon, tipo proteção lateral, material proteção policarbonato, tipo lente anti-risco, anti-embaçante, cor lente incolor, características adicionais com cordão de segurança, material lente policarbonato.	UNIDADE	862	3,49	3.008,38
31	265264	Perneira, material couro, aplicação proteção pessoal roupa, tipo perneira bota, tamanho 0,45 x 0,40 x 0,44	UNIDADE	138	138,30	19.085,40
32	38016	Perneira, perneira de salvamento e segurança. Perneira de segurança confeccionada em duas camadas de laminado sintético, com três talas de PVC na parte frontal para aliviar os pequenos impactos, metatarso fixado através de solda eletrônica para proteger o peito do pé, o fechamento nas bordas é feito por meio de viés em material sintético, fechamento total em velcro e fechos plásticos, que facilitam a	UNIDADE	40	42,46	1.698,40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



		fixação, regulagem e a colocação da perneira.				
33	220524	Protetor facial, material acrílico, incolor, comprimento 200 mm, material coroa plástico, características adicionais coroa ajustável e articulada	UNIDADE	1.675	22,04	36.917,00
34	257074	Protetor auricular, material poliuretano, tamanho único, características adicionais tipo plug.	UNIDADE	100	1,75	175,00
35	378097	Avental (jaleco), material TNT, tipo descartável, tipo manga comprida, tamanho M, características adicionais gola, fenda e cinto traseiros.	PACOTE COM 10 UNIDADES	400	77,67	31.068,00
36	374339	Colete salva-vidas, tipo: 3, capacidade: 110 kg, características adicionais: com apito, tamanho: G	UNIDADE	10	78,53	785,30



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



37	399325	Colete salva-vidas, tipo: 3, capacidade: 110 kg, características adicionais: com apito, tamanho: GG	UNIDADE	10	117,09	1.170,90
38	220532	Colete segurança, material PVC - cloreto de polivinila, tratamento superficial poliéster e PVC - cloreto de polivinila refletivo, modelo blusa tradicional sem tela para respiro, com refletivo prata.	UNIDADE	45	46,40	2.088,00
39	310499	Cone sinalização, material PVC, altura 750, largura base 400, com 2 ou 3 faixas amarelas, características adicionais base quadrada, não reflexivo, não flexível.	UNIDADE	30	29,82	894,60
40	362630	Delimitador trafego, material polietileno alta densidade, tipo corrente, características adicionais zebreadas, elo 3,8 cm.	UNIDADE	50	3,44	172,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



41	336793	Filtro para mascara semi-facial Filtro mecânico composto de fibra sintética com tratamento eletrostático, para ser utilizado com os respiradores da série 6000 e 7500; classe p2 - nível de filtragem de 94%; características e aplicabilidades: para proteção das vias respiratórias do usuário contra poeiras, névoas e fumos; é indicado para aplicações tais como esmerilhamento, diferentes tipos de soldagem e outros; não deve ser utilizado em atmosferas que contenham menos de 19,5% de oxigênio e situações com concentrações IPVS (imediatamente perigoso para a vida e a saúde). *vendido por unidade.	UNIDADE	250	17,00	4.250,00
42	345947	Fita adesiva, material plástico, tipo auto - adesiva zebreada, largura 70, comprimento 50, aplicação sinalização de advertência, características adicionais formato cores em diagonal. Rolo com 50 metros.	UNIDADE	61	6,42	391,62
43	331527	Fita antiderrapante, material: filme de poliéster, largura: 5 cm, espessura: 1 mm, comprimento: 5 m.	UNIDADE	500	22,32	11.160,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



44	355427	Fita sinalização, material plástico, largura 70mm, comprimento 100m, aplicação sinalização de advertência, características adicionais formato cores em diagonal, zebra. Rolo com 100 metros.	UNIDADE	16	9,00	144,00
45	67148	Guarda - sol de topografo, guarda - sol de topografo, articulado.	UNIDADE	8	151,60	1.212,80
46	321795	COTA PRINCIPAL Máscara cirúrgica, tipo não tecido, 3 camadas, pregas horizontais, atóxica, tipo fixação com elástico, características adicionais clip nasal embutido, hipoalergênica, tipo uso descartável.	CAIXA COM 50 UNIDADES	1709	60,03	102.591,27
47	468372	Máscara modelo 3D confeccionada em tecido personalizado com, no mínimo, duas camadas de tecido 100% algodão, tipo uso: reutilizável, finalidade: proteção individual, tipo correia, ajuste: com ajuste e elástico nas orelhas. Cor do tecido: será definido pela contratante, características adicionais: semifacial (cobrindo boca e nariz), impressão da arte em uma das laterais, arte a ser definida pela contratante. Tamanho de molde: 23 cm x 16 cm (adolescente).	UNIDADE	2.200	16,67	36.674,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



48	468372	Máscara modelo 3d confeccionada em tecido personalizado com, no mínimo, duas camadas de tecido 100% algodão, tipo uso: reutilizável, finalidade: proteção individual, tipo correia, ajuste: com ajuste e elástico nas orelhas. Cor do tecido: será definido pela contratante, características adicionais: semifacial (cobrindo boca e nariz), impressão da arte em uma das laterais, arte a ser definida pela contratante. Tamanho de molde: 25 cm x 18 cm (tamanho adulto feminino).	UNIDADE	2.200	16,67	36.674,00
49	468372	Máscara modelo 3D confeccionada em tecido personalizado com, no mínimo, duas camadas de tecido 100% algodão, tipo uso: reutilizável, finalidade: proteção individual, tipo correia, ajuste: com ajuste e elástico nas orelhas. Cor do tecido: será definido pela contratante, características adicionais: semifacial (cobrindo boca e nariz), impressão da arte em uma das laterais, arte a ser definida pela contratante. Tamanho de molde: 27 cm x 20 cm (tamanho adulto masculino).	UNIDADE	2.200	16,67	36.674,00
50	405885	Protetor solar, tipo proteção UVA/UVB, fator proteção fator 50, forma farmacêutica creme, bisnaga 120 ml.	UNIDADE	100	19,61	1.961,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



51	428616	Touca hospitalar, material: não tecido 100% polipropileno, modelo: com elástico em toda volta, cor: com cor, gramatura: cerca de 30 g/m2, tamanho: único, tipo uso: descartável, característica adicional 01: hipoalergênica, atóxica, inodora, unissex.	PACOTE COM 100 UNIDADES	33	23,60	778,80
52	269892	COTA RESERVADA DO ITEM 12 Luva para procedimento não cirúrgico, material látex natural íntegro e uniforme, tamanho: grande, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, apresentação: atóxica, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: formato anatômico, finalidade: resistente à tração.	Caixa 100,00 UN	41	72,67	2.979,47
53	269893	COTA RESERVADA DO ITEM 13 Luva para procedimento não cirúrgico, material látex natural íntegro e uniforme, tamanho: médio, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, apresentação: atóxica, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: formato anatômico, finalidade: resistente à tração.	Caixa 100,00 UN	420	72,00	30.240,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



54	269894	COTA RESERVADA DO ITEM 14 Luva para procedimento não cirúrgico, material látex natural íntegro e uniforme, tamanho: pequeno, características adicionais: lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, apresentação: atóxica, tipo: ambidestra, tipo uso: descartável, modelo: formato anatômico, finalidade: resistente à tração.	Caixa 100,00 UN	370	73,71	27.272,70
55	397905	COTA RESERVADA DO ITEM 25 Máscara de proteção, respirador semifacial dobrável ou em forma de concha, descartável, com duas tiras de elástico ajustáveis a todos os tamanhos de cabeça, fácil manuseio e colocação. Peça metálica para ajuste ao nariz deve ser resistente e bem firme ao corpo da máscara, de maneira a não sair facilmente. Material: manta sintética com tratamento eletrostático, tipo uso: descartável, finalidade: proteção contra poeiras, fumos e névoas tóxicas, tipo correia: cinta elástica com ajuste no rosto, tamanho: único, características adicionais: N95, PFF2, mínimo filtração 95%. Retenção de contaminantes presentes na atmosfera sob a forma de aerossóis, tais como bacilo da tuberculose (Mycobacterium tuberculosis), classe PFF-2 / N95, BFE >99% (Eficiência de Filtração Bacteriológica), eficiência mínima	UNIDADE	8.000	9,50	76.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE
PESSOAS (PROGEP)



		de filtragem de 95%. Atóxica, apirogênica, que siga a orientação de descarte de acordo com a ANVISA. Embalada individualmente, contendo dados de identificação, nº do lote, data de fabricação, certificado de aprovação-CA e prazo validade. Aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Registro no Ministério da Saúde (ANVISA).				
56	321795	COTA RESERVADA DO ITEM 46 Máscara cirúrgica, tipo não tecido, 3 camadas, pregas horizontais, atóxica, tipo fixação com elástico, características adicionais clip nasal embutido, hipoalergênica, tipo uso descartável.	CAIXA COM 50 UNIDADES	530	60,03	31.815,90
VALOR TOTAL ESTIMADO EM R\$ 1.241.543,02 (Um Milhão, Duzentos e Quarenta e Um Mil, Quinhentos e Quarenta e Três Reais e Dois Centavos).						R\$ 1.241.543,02



1.2. Para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.7. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no site do COMPRASNET ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Termo de Referência.

1.8. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

4.2. De acordo com o art. 1º da Lei 10.520/2002, para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e insumos para o enfrentamento da pandemia do novo Corona vírus (SARS-COV-2), poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão, já que estes produtos são de uso comuns e se enquadram dentro dos padrões de desempenho e qualidade usuais do mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, em remessa única, contados da data do envio eletrônico da Nota de Empenho (NE) devidamente assinada, acompanhada pela respectiva Autorização de Fornecimento (AF), no endereço:

5.1.1. Unidade III - Cidade Universitária, Avenida dos Ipês, s/nº, Loteamento Cidade Jardim-Nova Marabá/PA – CEP:68.507-000.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 25 (vinte e cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;



6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da



Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

12. DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



13.DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de uma aquisição comum pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1. Devido ser material a pronta a entrega e que possui garantia do fabricante.

14.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. Cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. Multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



14.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à



Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e



prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.241.543,02

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 Por tratar-se de futura aquisição mediante a utilização do sistema de registro de preços (SRP) a informação da dotação orçamentária necessária para custear a futura aquisição será informada no momento da solicitação de emissão de nota de empenho.

17 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1 A futura contratada deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade descritos abaixo:

17.1.1 O Todos os itens/bens/materiais/equipamentos deverão ser seguramente embalados com material reciclável (Lei nº 12.305/2010, artº 32).

17.1.2 As embalagens devem ser fabricadas com material que propiciem a reutilização ou reciclagem;

17.1.3 Os bens não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

17.1.4 Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na IN no 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida instrução.



17.1.5 A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

17.1.6 A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

17.1.7 A Contratada deverá também dispor e apresenta o Certificado de regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em nome do fabricante dos produtos ofertados.

17.1.8 No descarte das embalagens e/ou na montagem dos produtos constantes deste documento poderão ocasionar um grande volume de lixo a ser descartado. Para minimizar esses danos é necessário que haja um descarte de forma correta do resíduo produzido.

17.1.9 A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010, mediante apresentação de Declaração, no ato da assinatura do contrato.

17.1.10 Conforme o dispositivo da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art 5 do MPOG, para aceitação da proposta a empresa deverá prevê adoção das seguintes práticas de sustentabilidade no fornecimento do material e execução dos serviços, quando couber

17.1.10.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

17.1.10.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

17.1.10.3 Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize



materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

17.1.11 Ressalte-se que foram observadas as regras contidas no Decreto nº 7.746 de 2012, no que é cabível.

17.1.12 A presente contratação deverá observar os benefícios concedidos as microempresas e empresas de pequeno porte, em especial quanto ao realizar processo licitatório preferencialmente destinado as microempresas e empresas de pequeno porte ou com cotas específicas destinadas as mesmas.

18 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

18.1 A presente licitação para aquisição dos materiais objeto deste documento deverá ser realizada por item, de forma a aumentar a competitividade entre os possíveis fornecedores buscando alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração.

18.2 Considerando a limitação de espaço físico e a possibilidade de aquisição de quantitativos de forma parcelada durante o período de vigência da Ata, optou-se pelo fornecimento dos bens através do sistema de registro de preços fundamentado no art. 3º, inciso II, do Decreto nº. 7.892/2013, conforme a seguir transcrito:

(...) Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: (...) II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

18.3 A utilização do sistema de registro de preços é a forma que mais se adequa as necessidades desta universidade, em razão da sua vantajosidade, em conformidade com o que preceitua o art. 3º, do Decreto n. 7.892/2013, especificamente quanto ao inciso “II”, do referido decreto.



- 18.4 Todos os materiais constantes nesse documento são independentes entre si, ou seja, para que seja adquirido e utilizado não há necessidade de outro, por este motivo devem ser licitados por item.
- 18.5 Outro fator da divisibilidade dos itens é calendário de contratações da Unifesspa, onde os requisitantes geralmente podem solicitar o empenho dos materiais 02 (duas) vezes ao ano conforme suas necessidades e para não lotar o almoxarifado da Unifesspa sem necessidade, podendo fazer com o que mesmo possa ser utilizado de outras formas a fim de otimizar as atividades de tal setor.
- 18.6 Faz-se entender que a utilização de Sistema de Registro de Preços está justificada, pois a Administração Pública está indicando o objeto que pretende adquirir e informando os quantitativos estimados e máximos pretendidos. Ressalta-se que diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos estimados. O Sistema de Registro de Preços constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.
- 18.7 A opção pelo Sistema de Registro de Preço – SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração.
- 18.8 Em consonância com o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o regime de registro de preços por prazo fixo e determinado para os bens em tela.
- 18.9 Ainda segundo o Decreto, nº 7.892 a Unifesspa não está obrigada a contratar o quantitativo mencionado, posto que as aquisições serão realizadas na medida da necessidade e conveniência da Administração.
- 18.10 O registro de preços visa estabelecer o preço máximo que a empresa licitante/ vencedora/ contratada poderá exigir da Unifesspa, durante o prazo de validade da ata de registro de preços que será de 12 (doze) meses, conforme disposto no Decreto nº 7.892 de 2013, nas condições e formas mencionadas neste Termo de Referência.



19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

19.1 Será permitida a Adesão da Ata por outros entes da Administração conforme prevê o DECRETO nº 9.488, de 30 de agosto de 2018.

19.2 Justifica-se a permissão de Adesão à Ata visando aumentar o interesse dos fornecedores e garantir o sucesso desta licitação. Além disso, tais itens se enquadram com a especificação e características comuns para atualização dos órgãos da Administração Pública.

19.3 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

Marabá/PA, 05 de julho de 2021.

AMANDA ALVES DE MELO

SIAPE 3203758

CTEC/PROGEP/UNIFESSPA

DAIR SOUSA SILVA

SIAPE 2216657

DSQV/UNIFESSPA